

CRISE DOS ANOS 1970 E AS CONTRADIÇÕES DA RESPOSTA NEOLIBERAL

Marcelo Dias Carcanholo*
Grasiela Cristina da Cunha Baruco**

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar a crise capitalista dos anos 1970, a partir da qual observa-se uma brutal guinada na condução da política econômica, ou seja, emerge uma nova institucionalidade econômica-financeira e se consolida um novo projeto político de sociedade, o neoliberalismo. Para além disso, o objetivo específico do texto é demonstrar como o neoliberalismo parece ser insuficiente para retomar o ritmo de acumulação de capital - ao menos nos moldes do período anterior, chamado de "era de ouro" do capitalismo; além de redundar em elevação das taxas de desemprego e, ao contrário de seu discurso, em aumento dos gastos governamentais.

Palavras chaves: crise dos anos 1970; Estado; acumulação de capital; neoliberalismo.

Abstract: The aim of this paper is to analyse the economic crisis in the 70's and the implementation of the neoliberal policies as a part of the capitalist response. That policies contributes to generate a new economic and finance institutional framework. More specifically, it will be discussed that the neoliberal policies seems to be insufficient to recover the rhythm of the capital accumulation, at least in the same patterns of the previous period. Additionally, the paper shows the increases of the unemployment rate and the government expenses as a consequence of those policies, just the opposite of the neoliberal ideology.

Key Words: economic crisis of the 70's; State; capital accumulation; neoliberalism.

JEL Classification: N10, O11, H60.

Após a crise dos anos 1970, a validação das políticas econômicas que garantissem a retomada do processo de acumulação de capital no bloco de países capitalistas exigia uma concepção de desenvolvimento que disputasse a hegemonia com o Keynesianismo - que havia prevalecido nos anos anteriores, chamados de "anos gloriosos" ou "era de ouro" do capitalismo. Esta nova concepção de desenvolvimento, inspirada nas teses liberais - a este "novo liberalismo", portanto, convencionou-se denominar neoliberalismo.

O neoliberalismo não deve ser interpretado como simples reedição do liberalismo clássico, dado que existem diferenças fundamentais entre eles, em especial porque o neoliberalismo extrapola o campo ideológico e fundamenta um projeto político de sociedade, a 'sociedade de mercado', e também porque existem importantes diferenças com relação à estrutura e às funções que se apregoa ao Estado.

* Doutor em Economia pela UFRJ, Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense – Brasil e Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

** Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutoranda no PPFH-UERJ.

Assim, o neoliberalismo pode ser interpretado como uma das formas de resposta do capitalismo à sua própria crise dos anos 1970. No entanto, tal resposta parece ser insuficiente para retomar o ritmo de acumulação de capital nos países centrais. Outro aspecto relevante assinala que, diante dessa nova era neoliberal, mesmo com alguma - ainda que pífia - recuperação conjuntural, isso não se traduz em redução das taxas de desemprego e mais, ao contrário do que advogam os defensores das teses neoliberais, fundamentalmente ao fazerem a defesa em favor de um Estado mínimo, o que se observa é exatamente o contrário, ou seja, o neoliberalismo, na prática, não se traduz em redução dos gastos governamentais, mas implica em redirecionamento dos gastos.

Os argumentos aqui apresentados são desenvolvidos de forma mais adequada na seqüência.

1 – A crise dos anos 1970

Nos anos posteriores à segunda-guerra mundial (1939-1945), a ampliação dos direitos sociais, somada à tentativa de atenuação dos efeitos das crises cíclicas do capitalismo, foram os objetivos centrais das políticas econômicas das principais economias mundiais, ou seja, as políticas empreendidas tinham o objetivo explícito de evitar o retorno do colapso econômico nos moldes do que havia ocorrido em 1929, sob inspiração das políticas liberais. A manutenção desses objetivos implicava uma pesada intervenção estatal, cujo intuito era manter a economia em "estado de quase *boom*". Nos termos de Keynes (1982: 249), "o remédio para o auge da expansão não é a alta, mas a baixa da taxa de juros! Pois aquela pode fazer perdurar o chamado auge da expansão. O verdadeiro remédio para o ciclo econômico não consiste em evitar o auge das expansões e em manter assim uma semidepressão permanente, mas em abolir as depressões e manter de modo permanente um *quasi-boom*!".

Entre os anos de 1974-1975 a economia capitalista mundial experimentou sua primeira recessão generalizada desde a segunda-guerra mundial. Mendonça (1990)¹ identifica a crise capitalista como um fenômeno que nasce e se desenvolve com as próprias relações de produção do sistema. No início, a crise manifesta-se de forma parcial e localizada em países e setores de atividade onde as relações de produção capitalistas se encontram mais

¹ É importante ressaltar que existem correntes teóricas divergentes com relação à explicação do fenômeno crises. Os autores neoclássicos apregoam a impossibilidade de ocorrência de crises do sistema capitalista; já os autores de filiação keynesiana aceitam a possibilidade de sua ocorrência, mas defendem sua evitabilidade. Em que pese a sua riqueza, o tema não é aqui desenvolvido, por não se tratar do objeto de estudo.

desenvolvidas, mas acaba por se alargar progressivamente a toda a economia até adquirir o caráter de superprodução generalizada de mercadorias.

São casos típicos do que foi descrito as crises de 1929 e de 1974-1975, que, ademais, são responsáveis pela emergência e afirmação de novas hegemonias teóricas. A crise de 1929 foi responsável pela queda da hegemonia teórica de inspiração liberal e pela subsequente emergência das teses de inspiração keynesiana, assim como a crise dos anos 1974-1975 responde pelo retorno da hegemonia teórica neoliberal.²

As primeiras dificuldades em sustentar os altos níveis de crescimento/desenvolvimento econômico conquistados no pós-segunda guerra surgiram a partir da incapacidade dos governos das principais economias desenvolvidas em sustentar o sistema monetário e financeiro internacional constituído no acordo de Bretton Woods, de 1944. O desajuste desse ordenamento teve como uma de suas principais conseqüências a supressão da conversibilidade dólar-ouro, em 1971. A subsequente desvalorização do dólar rompeu com o regime de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, pactuado em Bretton Woods. A partir de então, como forma de se proteger da maior competitividade que passam a empreender os Estados Unidos, todos os países desenvolvidos abandonaram o regime cambial estabelecido no acordo. É neste ambiente que se desenvolve o processo de desvalorizações competitivas e de incremento de medidas protecionistas.

O que se observa, a partir do desarranjo da ordem monetária e financeira internacional, é que “as relações econômicas internacionais passaram a desenrolar-se num clima de incerteza e insegurança, de concorrência exacerbada, com as principais divisas a flutuarem nos mercados cambiais. No plano interno de cada país, a política econômica começou a revelar crescentes dificuldades em conciliar o controle da inflação com a manutenção do crescimento econômico” (Mendonça, 1990: 65).

Um dos mais decisivos acontecimentos que colaboraram para a crise dos anos setenta, bem como para a expansão do processo inflacionário, foi o aumento do preço do petróleo (a Tabela 1 mostra a evolução do seu preço). Diante do primeiro aumento de preços ocorrido no final de 1973, ainda se acreditava que os governos seriam capazes, através das políticas de manipulação da demanda (fundamentalmente controle de preços e renda), de conter a inflação que o aumento de preços havia gerado. Esperava-se também que tal política poderia ser capaz de sustentar o crescimento/desenvolvimento econômico, ainda que sob taxas mais modestas que as prevalecentes durante os anos anteriores. Isto tanto é verdade que em 1973 as

² São boas referências para esta discussão os textos de Mendonça (1990) e Mandel (1990).

perspectivas de crescimento para o ano de 1974 para a OCDE eram de 3,8%; de 2,3% para os Estados Unidos e de 7,5% para o Japão (Mendonça, 1990:40) O novo aumento do preço do petróleo deflagrado em janeiro de 1974, denominado de primeiro choque do petróleo, consolidaria o quadro de crise econômica.

Tabela 1 - Evolução do preço do petróleo (dólar/barril) – 1970/1979

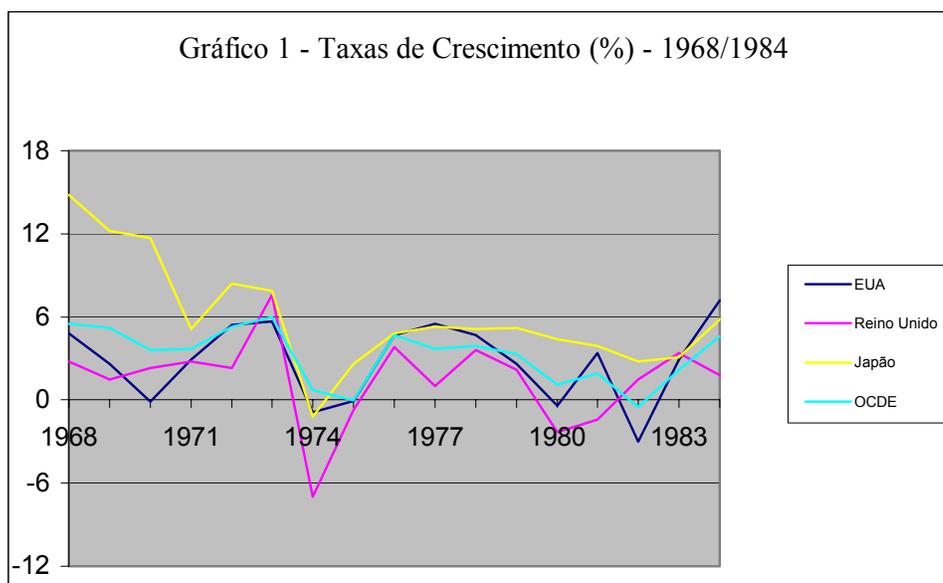
1970	1,73
1971	2,14
1972	2,45
1973	3,37
1974	11,25
1975	11,02
1976	11,89
1977	12,88
1978	12,88
1º trimestre de 1979	13,89
2º trimestre de 1979	17,17
3º trimestre de 1979	20,67
4º trimestre de 1979	23,91

Fonte: Mendonça (1990: 58)

A crise manifestou-se de forma evidente através da quebra acentuada dos indicadores de produção, sobretudo industrial; retrações nos investimentos; aumento espetacular do desemprego e multiplicação das falências empresariais. O movimento cíclico total foi composto por uma crise em 1974-1975, seguido de uma leve recuperação no período de 1976-1977, e por uma nova crise, iniciada no ano de 1979. As características da crise do final dos anos setenta são bastante semelhantes à anterior, quais sejam, quebra do produto dos principais países capitalistas (-0,4 para o conjunto de países da OCDE em 1982); os investimentos novamente sofrem grandes retrações (no caso da OCDE, -3,2% no ano de 1982); as quebras atingem sobretudo a produção industrial e, por fim, os níveis de inflação e desemprego também elevam-se consideravelmente (Mendonça, 1990: 59).

A gravidade das crises pode ser apanhada pela queda da taxa de crescimento do período que se estende do final dos anos 1960 a meados dos anos 1980, com destaque para os períodos de 1974-1975 e 1980-1982 (Gráfico 1). Em termos específicos, deve-se destacar que o Reino Unido apresentou a mais considerável retração econômica em 1974 (-7%), embora todas as principais economias tenham sofrido a reversão. Além disso, na retração do final dos anos 1970 o Reino Unido também apresenta a queda mais acentuada (-2,3%). Os EUA, por sua vez, acompanham o movimento cíclico da economia mundial no biênio 1974-1975, mas já

havia apresentado uma forte queda de atividade nesse período (passando de 2,6% em 1969 para -0,1 em 1970). Além disso, em 1982 voltam a apresentar forte retração econômica (-3%), enquanto Japão e Reino Unido estavam se recuperando. Por último, merece destaque o fato de que o Japão, após a crise de 1974-1975, apresentou um comportamento menos errático do que os outros países, não sofrendo, em toda a sua profundidade, a crise da virada dos anos 1970 para os anos 1980.



Fonte: Mendonça (1990: 58)

Com relação à formação bruta de capital fixo (FBKF), ou seja, o acréscimo de capital resultante dos investimentos, ressalta-se que Estados Unidos e o Japão começam a apresentar fortes quedas já no início dos anos setenta. No entanto, a queda na FBKF entre fins de 1973 e os anos 1974-1975 é extraordinária – como mostra a tabela 2.

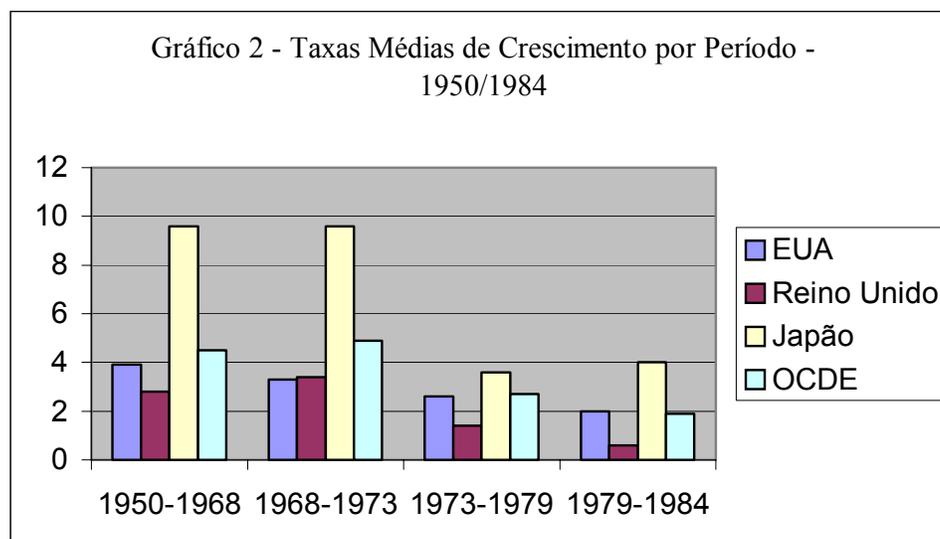
Tabela 2 - Formação Bruta de Capital Fixo (%) – 1969/1977

País\Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
EUA	2,3	-4,7	4,9	8,5	7,3	-6,8	-11,2	6,3	10,5
Japão	18,1	14,8	4,2	10,0	12,6	-9,5	-1,2	2,7	4,0
Reino Unido	0,3	2,7	1,8	-0,3	6,5	-2,5	-1,7	1,6	-1,8
OCDE	6,8	3,7	4,6	6,4	7,3	-4,8	-5,3	3,6	4,1

Fonte: Mendonça (1990: 45)

Tanto o Gráfico 1 quanto a Tabela 2 mostram que a recuperação econômica começa a se desenhar nos anos de 1976-1977. Entretanto, esta recuperação não se produziu nos moldes tradicionais e tampouco de forma sustentada, tanto é verdade que já no ano de 1979 o capitalismo atravessará uma nova crise econômica. O Gráfico 2 mostra mais claramente a

vertiginosa queda das taxas de crescimento de alguns dos principais países capitalistas no período de 1973-1979 e também um novo decréscimo no período de 1979-1984 (com exceção do caso japonês), como resultado de mais uma crise econômica.



Fonte: Mendonça (1990: 63)

Ambas as crises apresentam dois sintomas particulares, que não se encontravam presentes nas crises clássicas do capitalismo e que configuraram um típico processo de estagflação. Em primeiro lugar, mesmo com o processo de recuperação dos anos 1976-1977, os níveis de desemprego continuaram excessivamente altos, sendo sua diminuição pouco significativa, como mostra a Tabela 3. Em segundo lugar, a despeito da recessão do período anterior e da queda acentuada dos níveis de produtividade, observa-se uma escalada do processo inflacionário, como comprovam os dados da Tabela 4.

Tabela 3 - Desemprego (% da população ativa total) – 1970/1982

Ano\País	Inglaterra	Estados Unidos	Japão	Alemanha	França	Canadá
1970	3,0	4,8	1,1	0,8	2,4	5,6
1971	3,7	5,8	1,2	0,9	2,6	6,1
1972	4,0	5,5	1,4	0,8	2,7	6,2
1973	3,0	4,8	1,3	0,8	2,6	5,5
1974	2,9	5,5	1,4	1,6	2,8	5,3
1975	4,3	8,3	1,9	3,6	4,0	6,9
1976	5,7	7,6	2,0	3,7	4,4	7,1
1977	6,1	6,9	2,0	3,6	4,9	8,0
1978	6,0	6,0	2,2	3,5	5,2	8,3
1979	5,1	5,8	2,1	3,2	5,9	7,4
1980	6,6	7,0	2,0	3,0	6,3	7,4

1981	9,9	7,5	2,2	4,4	7,3	7,5
1982	11,4	9,5	2,4	6,1	8,1	10,9

Fonte: Mendonça (1990: 57)

Tabela 4 - Inflação (%) – 1970/1981

Ano\País	Inglaterra	Estados Unidos	Japão	Alemanha Ocidental	França	Canadá	Itália	Países da OCDE
1970	6,4	5,9	7,7	3,4	4,8	3,3	5,0	5,6
1971	9,4	4,3	6,1	5,3	5,5	2,9	4,8	5,3
1972	7,1	3,3	4,5	5,5	6,2	4,8	5,7	4,8
1973	9,2	6,2	11,7	6,9	7,3	7,6	10,8	7,9
1974	16,0	11,0	24,5	7,0	13,7	10,8	19,1	13,4
1975	24,2	9,1	11,8	6,0	11,8	10,8	17,0	11,4
1976	16,5	5,8	9,3	4,5	9,6	7,5	16,8	8,6
1977	15,9	6,5	8,1	3,9	9,4	8,0	17,0	8,7
1978	8,3	7,7	3,8	2,6	9,1	9,0	12,1	7,9
1979	13,4	11,3	3,6	4,1	10,7	9,2	14,7	-
1980	18,0	13,5	8,0	5,5	13,3	10,1	21,2	-
1981	10,9	10,7	5,1	6,0	13,8	13,0	19,3	-

Fonte: Villarreal (1984: 509)

Ainda de acordo com a análise de Mendonça (1990: 64-67), é possível dividir em quatro fases o processo de crise da política econômica dos anos 1970. A primeira fase se constituiria pela própria eclosão da crise fora das previsões dos governos, isto porque, em que pese os acontecimentos que a antecederam, sempre se acreditava na possibilidade de superação das adversidades e retorno do processo de expansão da atividade econômica. No entanto, os instrumentos que os governos dispunham para executar esta tarefa, foram progressivamente perdendo sua eficácia, com o que se tornaram impotentes diante dos acontecimentos. Uma segunda fase se caracteriza pelo fato de a recuperação econômica não ter se desenvolvido no padrão esperado, ou seja, os ritmos de crescimento/desenvolvimento, a inflação e o desemprego não retornaram aos níveis anteriores à crise. Essa recuperação tímida acabaria por precipitar uma nova crise em 1980-1982, a qual os governos assistiriam novamente impotentes - a terceira fase. Por fim, a quarta e última fase é constituída pela perda absoluta de eficácia dos instrumentos de política econômica que haviam prevalecido nos anos anteriores, de forma que se abre o caminho para a crise da teoria econômica que a inspira, de filiação keynesiana. Conclui-se então que a crise econômica, a crise da política econômica e a crise da teoria econômica são processos complexos e intimamente relacionados.

Com relação à política econômica, sua nova concepção é expressivamente influenciada pelas transformações que o capitalismo global exigia naquela conjuntura dos anos 1970.

Portanto, apregoa-se que o retorno do crescimento/desenvolvimento deveria passar por um processo de diminuição da inflação; diminuição da conflitividade sindical - uma vez que a inflação exigia dos sindicatos a luta pela reposição salarial; diminuição dos déficits públicos governamentais – atribuídos às políticas de bem-estar social e, por fim, reposição da lucratividade.

No que tange à reposição da lucratividade, Carcanholo (2004: 5-6) afirma que a mesma implicou, em primeiro lugar, na redução dos custos salariais, elevados devido às conquistas trabalhistas obtidas com os Estados de bem-estar social (*Welfare States*). Com isso ampliou-se a pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho³. Em segundo lugar, a recomposição dos lucros demandou a redução da tributação sobre os rendimentos que poderiam financiar os investimentos, ou seja, sobre os lucros. Por último, desenvolveu-se um processo de reestruturação produtiva, por meio de "novas tecnologias, que permitem uma produção mais flexível capaz de satisfazer as novas exigências do mercado e, assim, criar condições para que a oferta de bens e serviços possa acompanhar as mudanças de hábitos no consumo" (Teixeira, 1996:214).

No entanto, a valorização do capital excedente, que já não mais conseguia expandir-se na esfera produtiva, através da produção crescente de mercadorias, necessitava de uma esfera alternativa de valorização. A valorização financeira cumpriria a contento este papel, com o que não se deve atribuir ao acaso o aprofundamento dos processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças que aconteceram nesse momento histórico específico.

Com relação à crise da teoria econômica, a constituição de um arcabouço teórico em defesa de tais transformações ficou a cargo dos liberais. De forma contrária às análises keynesianas, para as quais o aumento exagerado dos preços do petróleo foi determinante para a deflagração da crise de 1974-1975, os teóricos liberais consideram que sua causa fundamental foi a excessiva expansão monetária, praticada a partir dos anos 1960, principalmente, pelos Estados Unidos. Os liberais também discordam no que diz respeito ao surto inflacionário, pois acreditam que o aumento da inflação está relacionado às ações sindicais que, a partir de certo momento, passaram a reivindicar salários superiores às perdas ocasionadas pela inflação. Com relação ao aumento do desemprego, os liberais advogam que

³ De acordo com FIORI (1997: 84), "o caminho da retomada do crescimento econômico exigiria um aumento da lucratividade incompatível com os níveis salariais e com a carga fiscal requerida pelos sistemas de proteção social obtidos pelos trabalhadores dos países desenvolvidos. Os mesmos argumentos que depois reapareceram, já de forma caricatural, nas sociedades periféricas onde os salários e as contribuições sociais têm uma participação baixíssima na formação dos preços e onde jamais existiram redes de proteção social equiparáveis às do *welfare state* europeu".

sua causa deve ser buscada na manutenção dos níveis de salários/preços e, em segundo lugar, na ampliação dos direitos sociais consolidados no pós-segunda guerra com os estados de bem-estar social (*Welfare States*), isso porque, dispondo de assistência por parte do Estado, supostamente os níveis salariais exigidos pelos trabalhadores para que se dispusessem a vender sua força de trabalho eram agora excessivamente elevados, o que significa afirmar a natureza voluntária do desemprego. Em linhas gerais, o que os liberais colocam em xeque é a própria intervenção estatal e, em contrapartida, defendem o retorno dos mecanismos de mercado na regulação da atividade econômica.

É dessa forma que a intervenção estatal, sob a forma de política econômica prevalecente no pós-segunda guerra - a qual buscou tanto a conciliação de interesses capitalistas e da classe trabalhadora como a regulação da atividade econômica, mantendo elevados os níveis de crescimento/desenvolvimento econômico - é profundamente questionada. Isso significa dizer que,

“no plano do poder político assistiu-se à perda progressiva de influência das teses keynesianas, favoráveis à extensão da intervenção do Estado na situação de crise e a uma certa hegemonia das concepções liberais (ou neoclássicas), sobretudo a partir da subida ao poder das forças políticas mais conservadoras na Inglaterra [Thatcher, em 1979] e nos EUA [Reagan, nos anos 1980]” (Mendonça, 1990: 66).

Assim, a validação de novas políticas econômicas que garantissem a retomada do processo de acumulação de capital no bloco de países capitalistas, após a crise dos anos 1970, exigia uma concepção de desenvolvimento que disputasse a hegemonia com o Keynesianismo. A esta nova concepção de desenvolvimento, inspirada nas teses liberais, portanto a este "novo liberalismo", convencionou-se denominar neoliberalismo. Assim, o neoliberalismo apresenta-se como uma das formas de resposta do capitalismo à sua própria crise dos anos 1970. Na seção 2 do presente artigo, esse tema é tratado de forma mais adequada. Ademais, procura-se mostrar como a resposta neoliberal parece ser insuficiente para retomar o ritmo da acumulação de capital nos anos subseqüentes.

2 – O renascimento do liberalismo e a retomada do processo de acumulação de capital após os anos 1970

Em sua forma histórica original, o liberalismo nasce como um corpo de formulações teóricas em defesa da constituição de um Estado no qual a autoridade deveria ser exercida nas formas do direito e com garantias jurídicas preestabelecidas. Este Estado teria como função precípua e específica o estabelecimento de um estado jurídico, no qual imperasse a liberdade

individual, segundo um conjunto de leis (Teixeira, 1996:197-198). Note-se que a defesa em favor da limitação das ações do Estado se justifica pela necessidade de coibir os abusos do poder estatal, ou seja, defende-se a construção do chamado 'Estado de Direito'.

A influência das idéias liberais no pensamento econômico é comumente identificada como tendo início com a publicação de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1723-1790), um dos mais importantes teóricos da economia clássica. A publicação de seu livro, em 1776, coincide com a Revolução Industrial e satisfazia aos interesses de uma nova classe social em ascensão, a burguesia, que procurava se consolidar no espaço político-ideológico da época. A arguição defendida por Smith foi posteriormente desenvolvida por aquele que é considerado seu sucessor, David Ricardo (1772-1823).

É a partir dessa matriz que a influência das idéias liberais na teoria econômica irá desdobrar-se em dois grandes princípios. O primeiro afirma que, dado que a busca do lucro e o interesse próprio são inclinações fundamentais da natureza humana, o resultado da somatória individual seria a coordenação harmônica das ações humanas e, conseqüentemente, do próprio sistema. Isto significa admitir a existência de leis econômicas que funcionem de forma automática e autônoma, sempre encaminhando o sistema para uma *ordem social harmônica*. O segundo princípio garante que o mundo seria mais racional, eficiente, produtivo e justo se nele imperasse a livre iniciativa, ou seja, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas pelas regulamentações emanadas do Estado. Assim, as atribuições do Estado deveriam ser limitadas, fundamentalmente, à garantia da propriedade privada e dos contratos, à segurança interna e externa e aos serviços essenciais de utilidade pública (Moraes, 2001:13-23).

Ao desenvolver esta análise, Carcanholo (2002:15-6) aponta como sendo cinco as principais premissas do liberalismo clássico. Em primeiro lugar, a tradição liberal assume que os agentes individuais tomam decisões visando unicamente o interesse próprio (egoisticamente), e as ações decorrentes de tais decisões são o produto de decisões racionais. Uma segunda premissa informa que todas as interações econômicas entre os indivíduos só podem ser explicadas pelas atitudes individuais, egoístas, com o que a sociedade é entendida como o somatório das ações individuais racionais. De acordo com a terceira premissa, são estas ações individuais que levam ao bem-estar geral, dado que fazem parte de uma *ordem natural harmônica*. Esta ordem natural é garantida pelo funcionamento do mercado, que conseguiria direcionar os interesses particulares rumo ao ótimo social - a quarta premissa. De tal modo, qualquer intervenção nesse mercado impediria o funcionamento natural da sociedade, ou seja, o alcance da *ordem natural harmônica*, esta é a última premissa.

Desdobra-se dessa premissa a defesa de um Estado não-interventor, que se limitasse apenas a guardar pela liberdade de ação individual e pelo adequado funcionamento do *estado natural* da sociedade.

Ainda com relação àquela última premissa, como apresentado no início dessa seção, pode-se afirmar que a concepção de um Estado não interventor, comumente denominado de Estado mínimo, nos moldes do liberalismo clássico dos séculos XVII e XVIII, era de um Estado que prezasse pelos direitos naturais do homem. No século XIX, momento em que se observa a aproximação do pensamento liberal de correntes conservadoras, o programa liberal encontraria condições favoráveis para sua efetiva realização, isso porque, para se implementar, pressupunha uma sociedade na qual a produção de mercadorias houvesse se tornado a relação social dominante, o que implicava na necessidade de constituição dos mercados (Teixeira, 1996: 210). Assim, o Estado mínimo no século XIX passa a ser identificado como uma forma de propiciar a constituição e livre funcionamento do mercado.

Em sua obra *A Grande Transformação*, Polanyi (1944:59) afirma que o liberalismo clássico, nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável, ou seja, a defesa em favor do não intervencionismo que, supostamente, encaminharia o sistema para uma *ordem natural harmônica*. Em sendo assim, o liberalismo torna-se o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de uma economia de mercado. "Uma economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados; em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado auto-regulável".

No desenvolvimento de sua obra, Polanyi busca, com sucesso, desmistificar o caráter natural e eterno que o liberalismo econômico atribui ao mercado, demonstrando então que a constituição de um sistema de mercado, supostamente auto-regulável, exigiu um intervencionismo estatal contínuo, controlado e organizado de forma centralizada, o que significa dizer que foi imposto pelo Estado. Destarte, não havia nada natural em relação à constituição dos mercados livres, pois, assim como a criação das manufaturas de algodão, tida como a indústria mais importante do livre comércio, foi constituída com a ajuda das tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio mercado livre foi imposto pelo Estado.

Em sendo assim, sistema de mercado e intervenção não são mutuamente excludentes, dado que, enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais econômicos irão demandar a intervenção estatal a fim de constituí-lo e, uma vez constituído, a fim de mantê-lo. "O liberalismo econômico pode, portanto, sem qualquer contradição, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as condições de um mercado auto-regulável" (Polanyi, 1944: 152-3).

Como então se justifica a defesa pela constituição de um Estado mínimo? O papel que se atribui ao Estado no liberalismo clássico é o de um Estado mínimo que deveria garantir a liberdade individual, mas não por uma relação entre governo e governados, mas sim através do pacto social, estabelecido pelos indivíduos, que prezasse pelos direitos naturais do homem, dentre eles e fundamentalmente o direito à propriedade. O Estado "funcionaria como um árbitro reconhecido e imparcial que administraria os possíveis conflitos entre indivíduos que poderiam advir do funcionamento do estado natural". Já o novo liberalismo que passa a prevalecer após a crise capitalista dos anos 1970, o neoliberalismo, prega o Estado mínimo como uma forma de propiciar o livre funcionamento do mercado. No entanto, como foi analisado anteriormente, é necessária a efetiva presença estatal, um Estado forte, para que se constitua o Estado mínimo (Carcanholo, 2002: 17-8).

Assim, as funções do Estado nos anos 1970 passam a ser, essencialmente, as de dismantelar as conquistas sociais consubstanciadas na era keynesiana, nem que para isso o Estado tenha que fazer uso da força para controlar os conflitos resultantes. A presença deste Estado forte se explica, primeiro, pela dimensão que os Estados de bem-estar social haviam alcançado, o que exigiria uma instituição forte o suficiente para desregulamentá-los e reformá-los. Em segundo lugar, como toda a sociedade deverá ser submetida à lógica do mercado, o Estado forte também deverá cumprir a função de disseminar essa lógica por toda a sociedade.

Para além do papel que se atribui ao Estado, existem importantes diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Apesar da recuperação do individualismo metodológico, do naturalismo e da noção de progresso, inerente na idéia de harmonia natural, o neoliberalismo possui importantes diferenças com relação ao liberalismo clássico. Sem a pretensão de esgotá-las, vale registrar que, em **primeiro** lugar, o liberalismo clássico possuía um caráter mais progressista, de combate à aristocracia (em geral despótica) e de luta contra os privilégios da nobreza e dos direitos divinos, num contexto de ascensão da burguesia ao poder. Já o neoliberalismo se consolida como uma opção de desenvolvimento alternativa ao Estado keynesiano, ou seja, combatendo as políticas de inspiração keynesiana e defendendo a

volta de uma ordem estabelecida anteriormente, em que, supostamente, prevaleceria a concorrência perfeita e a democracia. Note-se, portanto, que o neoliberalismo possui um caráter muito mais conservador que o liberalismo clássico.

Em **segundo** lugar, o ideário neoliberal se casa com as transformações na economia e na política mundial ocorridas nas últimas décadas do século XX e passa a ser entendido como "suposta demonstração histórica da adequação e, portanto, da superioridade do mercado". Essa hegemonia ideológica e unilateralidade do neoliberalismo se refletem no que se convencionou chamar de *pensamento único*. Em **terceiro** lugar, o liberalismo clássico estava ligado à filosofia dos direitos naturais, segundo a qual os homens nasciam livres e racionais, sendo estes seus valores fundamentais. Portanto, o liberalismo clássico era fundamentalmente filosófico e político. Assim, a concepção de economia derivava de uma complexa formulação política e filosófica. De forma divergente, o neoliberalismo se apresenta meramente como um receituário de política econômica, onde as esferas políticas e sociais são reflexos do comportamento econômico, ou seja, se antes os valores fundamentais do homem eram a razão e a liberdade, agora a liberdade passa a se subordinar aos desideratos econômicos. Por fim, uma **última** diferença diz respeito aos conceitos de liberdade e igualdade que, no liberalismo clássico, eram próximos, ao menos juridicamente. Para os neoliberais, a subordinação mútua entre liberdade e igualdade não se apresenta, muito pelo contrário, a desigualdade se converte em um valor na medida em que, pelo lado econômico, recompensaria os mais produtivos e eficientes e, pelo aspecto moral, incentivaria a "ascensão social" por esforço pessoal (Carcanholo, 2002).

De acordo com Fiori (1997: 205-8), é de fato estrondosa a vitória teórica e ideológica do neoliberalismo no último quartel do século XX. No entanto, essa ascensão não foi linear, nem se processou da mesma forma e na mesma intensidade em todas as regiões e países do bloco capitalista, sendo possível então identificar quatro etapas fundamentais da constituição da hegemonia neoliberal. A primeira etapa tem início no pós-segunda guerra, quando Hayek expõe seu pensamento no livro *A Caminho da Servidão*, uma das mais aguçadas críticas ao intervencionismo estatal de cunho igualitário que prevalecia nos *Welfare States*. Embora suas idéias não tenham tido influência imediata no pós-guerra, graças ao sucesso das teorias keynesianas, seus discípulos da escola austríaca se encarregariam de transferi-las às outras gerações.

Um segundo momento do avanço neoliberal se dá a partir dos anos 1960, quando os discípulos de Hayek, e também do monetarista Milton Friedman, começaram a conquistar

espaço acadêmico, sobretudo nos Estados Unidos⁴. Nos anos 1960-1970, a produção destes teóricos se torna hegemônica nos meios acadêmicos norte-americanos. Os economistas formados nesse meio acadêmico assumiriam nos anos subseqüentes posições de destaque na condução da política econômica de diversos países latino-americanos, implementando, por exemplo, os planos de estabilização da década de 1990.

A etapa seguinte se define pela passagem do neoliberalismo do plano teórico para o campo político, o que se concretiza com a chegada ao governo das forças liberal-conservadoras na Inglaterra, em 1979, com Margareth Thatcher; nos Estados Unidos, em 1980, com Ronald Reagan; e na Alemanha, em 1982, com Helmut Kohl. Para o caso inglês, as primeiras políticas de cunho neoliberal a serem implementadas foram a desregulação, a privatização e a abertura comercial. No entanto, estas idéias e as políticas delas resultantes, são incorporadas pelos organismos multilaterais, fundamentalmente FMI e BIRD, e implementadas nos países que recorrem a estas instituições, em especial os da periferia do sistema capitalista, na qual está incluída a América Latina.

Por fim, no final dos anos 1980, com a crise do bloco de países comunistas, o neoliberalismo, frontalmente oposto àquelas idéias, avança ainda mais. É também neste momento que o neoliberalismo se espalha pela América Latina, embora as primeiras experiências tenham ocorrido já na década de 1970, conforme o apontado caso emblemático do Chile. Num primeiro momento, através da economia, no contexto da renegociação das dívidas externas latino-americanas, na qual a contrapartida por parte dos países era a aceitação das políticas e reformas de corte liberal. Num segundo momento, mesmo que de forma tardia, se assiste no plano ideológico a uma adesão das elites econômicas e políticas latino-americanas ao ideário neoliberal.

Note-se que a América Latina foi pioneira na implementação das políticas neoliberais, como é o caso do Chile (a partir de 1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976). A necessidade de garantir a expansão dos mercados, a profunda deterioração da situação política, somadas à necessidade de reverter as tendências igualitárias que começavam a se conformar na região, levaram ao florescimento dos regimes ditatoriais, característicos desse período. Assim, as primeiras experiências neoliberais na região latino-americana ocorreram em concomitância com a implementação de regimes militares ditatoriais.

⁴ Segundo Moraes (2001: 42-6) no pós-segunda guerra o pensamento neoliberal desdobrou-se em três principais escolas: 1) escola austríaca, liderada por Hayek; 2) escola de Chicago, personificada por T.W. Schultz e Gari Becker (ligados à teoria do capital humano) e, principalmente, Milton Friedman e 3) escola de Virgínia ou *public choice*, capitaneada por James M. Buchanan.

O fracasso dessas experiências da década de 70 e das políticas ortodoxas de estabilização dos anos 80⁵ foi interpretado pela visão neoliberal como sendo conseqüência de desequilíbrios ou distorções, que impediriam o livre funcionamento da economia de mercado. Estas distorções (déficits fiscais crônicos, mercado de bens e de trabalho regulamentados, mecanismos de indexação salarial, desregulamentação financeira sem aparato de fiscalização e erro na seqüência da abertura externa) seriam muito mais efeitos dos erros de implementação do que da natureza das próprias políticas propostas.

Como forma de fornecer subsídio para os *policy makers* dos países latino-americanos, foi realizada em 1989 uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros, funcionários do governo americano e economistas desses países. Suas conclusões ficaram conhecidas como o Consenso de Washington⁶. A natureza das propostas se traduz na idéia de que a estabilização deve vir necessariamente acompanhada de reformas⁷. Dentre as propostas, tem-se a disciplina fiscal, que visaria a obtenção de um superávit primário e de um déficit operacional de no máximo 2% do PIB. Outra proposta seria a manutenção de uma disciplina monetária e a desregulamentação financeira interna para liberalizar o financiamento, com o objetivo final de obter uma determinação da taxa de juros via mercado, mas com uma taxa real moderada. No que se refere à taxa de câmbio, ela deveria ser unificada em cada país e fixada em um nível competitivo, mas aceitando alguma sobrevalorização momentânea como componente de programas de estabilização (Batista, 1994). No *front* externo, deveriam ser promovidas a liberalização comercial e financeira, como forma de aumentar a concorrência interna, mobilizar a poupança externa e reduzir o risco de políticas locais inadequadas, dada a perda de autonomia da política econômica. A privatização das estatais e a desregulamentação dos mercados de bens e de trabalho completariam o Consenso de Washington, na medida em que acentuariam o papel do mercado na economia, ajudando a elevar o grau de competitividade e a gerar empregos de alta qualidade. A primeira ainda é defendida como uma forma de saldar ou diminuir a dívida pública⁸.

⁵ Década esta que ficou conhecida como a "década perdida" para a região por causa da estagnação de seu PIB per capita.

⁶ As conclusões da reunião foram compiladas em Williamson (1990).

⁷ Como o caráter dessas reformas não é meramente econômico, tornava-se necessária a alteração de aspectos político-institucionais nos países que as aplicassem. Dado que esta tarefa envolve conflitos não desprezíveis, foi realizada uma outra reunião, em 1993, para fornecer subsídios de atuação no campo político-institucional interno. As conclusões e prescrições desta nova reunião são encontradas em Williamson (1994).

⁸ O fato de que muitos dos objetivos não tenham sido atingidos, quando da implementação dessas propostas em vários países, não significa que as medidas propagandeadas não tenham sido aplicadas. Muito pelo contrário, isso já seria uma prova de que existe muita diferença entre o que se vende como discurso e o que se obtém na prática.

Como reconheceu o próprio responsável pelo termo Consenso de Washington, os objetivos destas propostas são claramente a drástica redução do Estado e a abertura total e irrestrita dos mercados, o que evidencia o seu caráter neoliberal (Williamson, 1992: 45).

Embora o discurso neoliberal tenha obtido uma grande repercussão nos países centrais, o que se observa é que a liberalização comercial e a redução da participação do Estado na economia não foram tão drásticas assim nesses países⁹. Já na América Latina, as políticas neoliberais têm sido plenamente aplicadas e com menor resistência.

Diferentemente do que possa imaginar-se, a proposta neoliberal do Consenso de Washington não se resume à defesa da estabilização macroeconômica, embora esta seja fundamental. A idéia presente no receituário é que as reformas estruturais pró-mercado garantam o melhor ambiente econômico – entendendo por isso a menor participação do Estado, resumida às funções de regulação e supervisão prudencial, e maior desregulamentação dos mercados - para as decisões privadas e o estímulo à livre iniciativa. Isto proporcionaria o estabelecimento de uma economia de mercado dentro da qual seriam retomados os investimentos, o crescimento econômico e a distribuição de renda.

2.1- As contradições da resposta neoliberal

As últimas décadas do século XX, mais especificamente os anos que se seguem à crise da década de setenta, conheceram a hegemonia desse pensamento liberal em termos teóricos e ideológicos e também sob a forma de políticas econômicas. No entanto, a resposta neoliberal à crise dos anos 1970 parece ser insuficiente para retomar o ritmo de acumulação de capital alcançado durante os "anos gloriosos" ou "era de ouro" do capitalismo mundial – como demonstram as taxas de crescimento do PIB apresentadas na tabela 5.

A tabela 5 demonstra que a implementação das políticas neoliberais não conseguiu atingir o seu objetivo de recuperar o ritmo da acumulação de capital, ao menos para os padrões anteriores, nem para os países centrais, nem tampouco para os países periféricos. Durante o período dos "anos gloriosos" (1950-1973), a economia mundial cresceu, em média, 4,91% ao ano, enquanto que no período entre 1973 e 1998 essa taxa se reduz para 3,01%. A Europa Ocidental tem a sua taxa média de crescimento reduzida de 4,81% no primeiro

⁹ Esta assimetria é mais nítida quando se observa os EUA. "A bem da verdade, a política de reestruturação norte-americana foi feita à custa do neoliberalismo dos demais países, com importações artificialmente barateadas pela valorização do dólar e parte substancial de seus déficits comercial e fiscal por eles financiados" (Cano, 2000: 26-27).

período para 2,11% no segundo. Os Estados Unidos, por sua vez, passam de 3,93% para 2,99%, a América Latina de 5,33% para 3,02% e a África de 4,45% para 2,74%.

Tabela 5 - Taxas de crescimento do PIB mundial para países e regiões – 1913-1998
(composição das taxas médias anuais – dados selecionados)

	1913-1950	1950-1973	1973-1998
Áustria	0,25	5,35	2,36
Bélgica	1,03	4,08	2,08
Dinamarca	2,55	3,81	2,09
Finlândia	2,69	4,94	2,44
França	1,15	5,05	2,10
Alemanha	0,30	5,68	1,76
Itália	1,49	5,64	2,28
Países Baixos	2,43	4,74	2,39
Noruega	2,93	4,06	3,48
Suécia	2,74	3,73	1,65
Suíça	2,60	4,51	1,05
Reino Unido	1,19	2,93	2,00
Total dos 12 países	1,16	4,65	2,03
Portugal	2,35	5,73	2,88
Espanha	1,03	6,81	2,47
Outros	2,45	5,55	3,10
Total da Europa Ocidental	1,19	4,81	2,11
Leste europeu	1,14	4,86	0,73
Antiga URSS	2,15	4,84	-1,15
Estados Unidos	2,84	3,93	2,99
Outros países do hemisfério ocidental*	2,65	4,75	2,88
Total dos países do hemisfério ocidental	2,81	4,03	2,98
México	2,62	6,38	3,47
Outros países latino americanos	3,61	5,10	2,90
Total da América Latina	3,43	5,33	3,02
Japão	2,21	9,29	2,97
China	-0,02	5,02	6,84
Índia	0,23	3,54	5,07
Outros países asiáticos	2,47	6,05	4,67
Total da Ásia (excluindo o Japão)	0,90	5,18	5,46
África	2,69	4,45	2,74
Mundo	1,85	4,91	3,01

Fonte: Maddison (2001: 262)

* No original: "other western offshoots", sendo que *Western Offshoots* corresponde aos seguintes países: Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos

A tabela 6, por sua vez, apresenta os dados para o crescimento per capita. A mesma tendência observada para as taxas médias de crescimento por ano são mantidas quando se observa o crescimento per capita. O período entre 1950 e 1973 apresenta taxas médias de crescimento per capita muito superiores às do período 1973-1998, de hegemonia neoliberal.

Poder-se-ia argumentar que a inclusão dos anos 70 dentro do período 1973-1998 comprometeria os resultados, uma vez que esses anos conformam um período de retração cíclica, afetando o valor médio para o período. Entretanto, é justamente nos anos 70 que a hegemonia neoliberal, do ponto de vista principalmente teórico, passa a se constituir. Além disso, a implementação efetiva de suas políticas já ocorre nessa década nos países do cone sul americano. O Chile, país pioneiro a aplicar a estratégia neoliberal, depois do golpe militar em 1973, obteve uma taxa média de crescimento, no período 1973-1982 de apenas 1,9%, muito inferior aos pouco mais de 4% da época em que prevalecia o modelo de desenvolvimento por substituição de importações. A Argentina, por sua vez, implementa a estratégia neoliberal a partir de 1976. Se observarmos o período 1976-1983 a sua economia cresce, em média, a apenas 0,5%.

Tabela 6 - Crescimento do PIB per capita e PIB: Regiões, Países e Mundo – 1913-1998
(composição das taxas médias anuais – dados selecionados)

	1870-1913 (Ordem Liberal)	1913- 1950	1950-1973 (Era de Ouro)	1973-1998 (Ordem Neoliberal)
PIB per capita				
Europa Ocidental	1,32	0,76	4,08	1,78
Países do hemisfério ocidental	1,81	1,55	2,44	1,94
Japão	1,48	0,89	8,05	2,34
Ásia (excluindo o Japão)	,038	-0,02	2,92	3,54
América Latina	1,81	1,42	2,52	0,99
Leste Europeu e antiga URSS	1,15	1,50	3,49	-1,10
África	0,64	1,02	2,07	0,01
Mundo	1,30	0,91	2,93	1,33
PIB				
Europa Ocidental	2,10	1,19	4,81	2,11
Países do hemisfério ocidental	3,92	2,81	4,03	2,98
Japão	2,44	2,21	9,29	2,97
Ásia (excluindo o Japão)	0,94	0,90	5,18	5,46
América Latina	3,48	3,43	5,33	3,02
Leste Europeu e antiga URSS	2,37	1,84	4,84	-0,56
África	1,40	2,69	4,45	2,74
Mundo	2,11	1,85	4,91	3,01

Fonte: Maddison (2001: 126)

Os dados da tabela 6 permitem uma comparação mais interessante no sentido de que confrontados três períodos: 1870-1913 (hegemonia liberal), 1950-1973 ("anos gloriosos") e

1973-1998 (hegemonia neoliberal). Tanto no que se refere ao crescimento do PIB, como em relação ao PIB per capita, os dois períodos de hegemonia liberal, tanto o clássico como o neoliberal, apresentam taxas médias de crescimento inferiores ao período 1950-1973, isto é, toda a argumentação ortodoxa a respeito das vantagens de uma economia pró-mercado, desregulamentada e com pouca intervenção estatal, é desmentida pelos fatos, ao menos no que se refere ao ritmo de acumulação de capital.

Outro aspecto bastante relevante é a questão do desemprego, pois, mesmo com alguma recuperação conjuntural, isso não se traduz em redução das taxas de desemprego, como mostra a tabela 7 para os países avançados. O que se nota é que, com poucas exceções, as taxas de desemprego são crescentes, considerando os períodos 1950-1973, 1974-1983, 1984-1993 e 1994-1998. Em média, para esses países a taxa de desemprego média evolui de 3,8% para 7,1%, 8,3% e 7,8%. Até o Japão, que apresentou um comportamento específico nas crises dos anos 1970, não conseguiu reduzir substancialmente suas taxas de desemprego nos momentos de recuperação, de forma que, considerando os longos períodos, também apresenta o mesmo comportamento de elevação das taxas de desemprego.

Tabela 7 - Nível de desemprego nos países capitalistas avançados – 1950-1998
(como porcentagem da força de trabalho)

	1950-1973	1974-1983	1984-1993	1994-1998
Bélgica	3,0	8,2	8,8	9,7
Finlândia	1,7	4,7	6,9	14,2
França	2,0	5,7	10,0	12,1
Alemanha	2,5	4,1	6,2	9,0
Itália	5,5	7,2	9,3	11,9
Países Baixos	2,2	7,3	7,3	5,9
Noruega	1,9	2,1	4,1	4,6
Suécia	1,8	2,3	3,4	9,2
Reino Unido	2,8	7,0	9,7	8,0
Irlanda	-	8,8	15,6	11,2
Espanha	2,9	9,1	19,4	21,8
Média	2,6	6,0	9,2	10,7
Austrália	2,1	5,9	8,5	8,6
Canadá	4,7	8,1	9,7	9,4
Estados Unidos	4,6	7,4	6,7	5,3
Média	3,8	7,1	8,3	7,8
Japão	1,6	2,1	2,3	3,4

Fonte: Maddison (2001: 134)

Esse processo traduz a incapacidade do capitalismo contemporâneo em incluir a força de trabalho nos momentos de alguma retomada do ritmo de acumulação. Isso ocorre em razão de um outro componente da reposta capitalista à sua crise dos anos 70, o processo de reestruturação produtiva, que inclui o aumento da rotação do capital e o progresso técnico poupador de mão-de-obra, o que redundava, para a força de trabalho que consegue ser aproveitada no processo produtivo, em intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho – ainda que sob formas implícitas, como o segundo e/ou terceiro empregos, necessários para manter o poder aquisitivo anterior – e a menor participação salarial na renda produzida¹⁰.

Ademais, a implementação do receituário de políticas neoliberais, ao contrário do que advogam seus defensores, não se traduz em redução dos gastos governamentais, que são ampliados em termos do PIB, e redirecionados, dado que estão agora comprometidos, em sua grande maioria, com o pagamento dos juros de dívida e com a circulação financeira. A tabela 8 confirma o exposto acima. Considerando França, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido, a participação dos gastos governamentais em relação ao PIB passa de 12% em 1913 para 29,8% em 1950 e 45,9% em 1999. Para os Estados Unidos, essa participação sai de 21,4% em 1950 para 30,1% em 1999.

Tabela 8 - Total dos Gastos Governamentais como porcentagem do PIB – Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão, 1913-1999.
(composição das taxas médias anuais – dados selecionados)

	1913	1938	1950	1973	1999
França	8,9	23,2	27,6	38,8	52,4
Alemanha	17,7	42,4	30,4	42,0	47,6
Países Baixos	8,2*	21,7	26,8	45,5	43,8
Reino Unido	13,3	28,8	34,2	41,5	39,7
*1910					
Média Aritmética	12,0	29,0	29,8	42,0	45,9
Estados Unidos	8,0	19,8	21,4	31,1	30,1
Japão	14,2	30,3	19,8	22,9	38,1

Fonte: Maddison (2001: 135)

Assim, ao contrário do discurso ideológico do Estado mínimo, a efetiva implementação das políticas neoliberais levou ao aumento da participação dos gastos governamentais como proporção do PIB. A questão científica relevante que daí decorre é que, se a participação do Estado aumentou, e ocorreu uma efetiva redução dos gastos em setores antes comprometidos

¹⁰ Sobre o impacto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva no mercado de trabalho, ver Teixeira (1996) e Antunes (1999).

com algum tipo de *Welfare State*, para onde foram direcionados esses gastos maiores? Nessa discussão que relaciona o crescimento da dívida pública com a mundialização financeira e o capital fictício (capital financeiro, ou financeirizado, segundo algumas perspectivas teóricas) o discurso neoliberal não se sente tão à vontade¹¹.

Considerações Finais

Em linhas gerais, o que se constata diante do exposto é que a retomada do processo de acumulação de capital após a crise dos anos 1970 não se processou nos moldes prometidos pelo discurso neoliberal. Isso porque os níveis de crescimento são absolutamente pífios, principalmente quando comparados àqueles apresentados durante os "anos gloriosos" do capitalismo e mais, mesmo com algum crescimento, isso não se traduz em redução das taxas de desemprego.

Destaca-se que, na atual quadra histórica, distinta pelo engessamento da política econômica ao receituário neoliberal, há dificuldade de se constituir uma agenda autônoma de desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, ainda que os espaços para formulação de políticas nacionais autônomas estejam comprometidos, isso não significou (ou significa) uma suposta necessidade de redução do papel dos Estados nacionais, muito pelo contrário, o Estado historicamente sempre foi chamado a intervir de maneira mais ativa em momentos de crise com o intuito de retomar e sustentar a acumulação de capital. A prova de que este argumento é correto é a própria intervenção estatal em prol da efetiva implementação do receituário de políticas neoliberais e o aumento dos gastos governamentais como proporção do PIB nas últimas décadas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. 1999. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

BATISTA, P.N. 1994. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Caderno da Dívida Externa*, n.6.

CANO, W. 2000. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP.

¹¹ Sobre esta discussão, a literatura é vasta. Apenas para citar alguns, veja-se Chesnais (1999), Chesnais (2005) e Lima (1997).

CARCANHOLO, M. D. 2002. Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. *Tese de doutorado*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ.

CARCANHOLO, M.D. 2004. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. *Anais do IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos*, Fundação Getúlio Vargas, outubro.

CHESNAIS, F. (Org.) 2005. *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial.

CHESNAIS, F. (Org.) 1999. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Ed. Xamã.

FIORI, J.L. 1997. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes.

KEYNES, J.M. 1936. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

LIMA, M.L.L.M.P. 1997. *Instabilidade e Criatividade nos Mercados Financeiros Internacionais: condições de inserção dos países do grupo da América Latina*. São Paulo: Ed. Bial.

MADDISON, A. 2001. *The world economy: a millennial perspective*. Center of the Organization for Economic Co-Operation and Development, OECD.

MANDEL, E. 1990. *A Crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. São Paulo, Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

MENDONÇA, A. 1990. *A crise econômica e a sua forma contemporânea*. Lisboa: Editorial Caminho.

MORAES, R. 2001. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC.

POLANYI, K. 1944. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TEIXEIRA, F.J.S. 1996. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F.J.S e OLIVEIRA, M. A. orgs. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

WILLIAMSON, J. 1990. *Latin American Adjustment. Institute for International Economics*, Washington D.C.

WILLIAMSON, J. 1992. Reformas Políticas na América Latina na Década de 80. *Revista de Economia Política*, 12 (1): 43-49.

WILLIAMSON, J. 1994. *The Political Economy of Policy Reform*. Institute for International Economics, Washington D.C.

VILLARREAL, R. 1984. *A contrarrevolução monetarista*. Rio de Janeiro: Record.